**Por uma Frente de Esquerda Socialista no Brasil**

APRESENTAÇÃO

 1 – Esta proposta de tese regional para o Estado de São Paulo é um chamado à construção para a militância do PSOL, resultado de um esforço nacional de coletivos militantes que, aqui em São Paulo, reúne LSR, NOS, Comunismo e Liberdade, Comuna, FOS, APS e filiados independentes do PSOL. O PSOL é, ao mesmo tempo, resultado e instrumento de uma necessária reorganização da esquerda brasileira tornada premente diante da experiência dos governos do PT, que aplicaram a cartilha neoliberal, aliaram-se a banqueiros e grandes empresários, contribuíram para deseducar a classe trabalhadora quanto à necessidade de luta independente e deixaram espaço para uma perigosa reação da direita.

2 – Vivemos hoje um dos momentos mais importantes da sociedade brasileira, onde a crise política e econômica indica a necessidade de construirmos uma alternativa capaz de dar voz à grande maioria: os (as) trabalhadores (as), juventude e o povo pobre. Precisamos de um partido que se coloque como uma real alternativa socialista.

3 – Os desafios que se apresentam para nosso partido, que chega ao seu VI Congresso Nacional, incluem um profundo debate estratégico, a busca por unidade na luta por parte da esquerda classista e a construção de uma Frente de Esquerda Socialista.

 O PSOL, A NOVA DIREITA CONSERVADORA E O LULISMO EM SÃO PAULO: O NOVO CICLO DE LUTAS ABERTO EM 2013

4 – Tanto no plano nacional, quanto no Estado de São Paulo, é grande a responsabilidade do PSOL em afirmar e visibilizar, para a classe trabalhadora e a sociedade brasileira, uma política efetivamente de esquerda, baseada num programa radical de defesa dos direitos dos trabalhadores e demais setores populares. Nossa política envolve necessariamente o protagonismo dos movimentos de trabalhadores, da juventude, das mulheres, de negros e negras, LGBTs, de explorados e oprimidos em geral, na construção de uma saída radicalmente democrática e socialista para o país e à crise que hoje vivemos. Assim, a alternativa socialista e revolucionária que o PSOL deve propor, de baixo para cima na sociedade brasileira, não se confunde com a alternativa pró-mercado defendida por neoliberais e conservadores da direita em geral, nem a alternativa neo-desenvolvimentista baseada nas relações espúrias entre mercado e Estado que caracteriza o capitalismo periférico brasileiro, exposto nos anos do lulismo entre 2002 e 2016 – e que terminou por converter o PT em ex-esquerda, numa nova direita supostamente progressista.

5 – É necessário pontuar o que a direção majoritária do PSOL não enfatiza de modo consequente: a responsabilidade do lulismo na crise e na perda de direitos que os trabalhadores enfrentam na conjuntura atual. Isso se revela não pela defesa explícita do lulismo, mas sim na leitura de que não há diferenças substanciais num programa lulista e do PSOL para 2018, cabendo a nós diferenciar-nos apenas no balanço. Esta tese acaba por defender a lógica de um programa “viável”, e de que o PSOL deve se restringir à legalidade burguesa, negando de certo modo o nosso papel proativo, como responsáveis pela defesa de um programa político que denuncie e exponha as fissuras e a podridão deste sistema político.

6 – A justa insatisfação popular que emergiu abruptamente por meio das Jornadas de Junho de 2013 se explica por uma série de fatores. Contudo, revelou uma grande rejeição à institucionalidade burguesa, à corrupção, assim como uma negação das velhas formas de fazer política associadas ao petismo e à burocracia sindical. A política de conciliação de classe, conduzida desde o primeiro mandato de Lula, chega ao ápice nas contradições com os gastos com os megaeventos, com a taxação dos serviços, como transporte, e a crise profunda na educação e saúde.

7 – Junho expôs as fissuras do natural desgaste dos governos de conciliação de classes do PT, que são governos burgueses apesar da aparência em contrário que o senso-comum nos faz crer, mas a situação se adensa com o agravamento da crise econômica mundial iniciada no final da década passada, que destruiu o colchão financeiro dos superávits do agronegócio neoescravagista, o qual permitia ao lulismo executar suas políticas assistencialistas. Greves, paralisações e lutas foram organizadas, passando inclusive por cima das direções burocratizadas, a exemplo dos garis no Rio de Janeiro, fizeram com que os limites do lulo-petismo ficassem ainda mais evidentes. Todo este desgaste impossibilitou o lulismo de ir para as ruas defender o governo Dilma durante a crise, pelo fato de ser capaz apenas de apassivar os movimentos das classes trabalhadoras, não de mobilizá-las, abrindo espaço para uma nova direita neoliberal e conservadora às ruas, aliada aos poucos partidos da direita tradicional que não governavam com o PT (PSDB e DEM), explorando obviamente o desgaste do lulismo.

8 – São Paulo não se descola do quadro nacional, contudo, revela algumas especificidades. Aqui ainda resiste com mais força, no campo dos movimentos populares, algum prestígio do lulismo e do PT. Aqui também se fazem mais militantes e estridentes novas lideranças do conservadorismo: do MBL, passando pelo neopentecostalismo, pelo gangsterismo corporativista da Força Sindical, até chegar a fascistas de origem na polícia militar e congêneres. Todavia, aqui, a falsa polarização PT e PSDB se apresenta de modo mais agudo. A derrota de Haddad para Dória em São Paulo, ou mais de 20 anos de tucanato no governo, indica o tamanho do desafio. Haddad recentemente declarou a necessidade de uma trégua entre PT e PSDB para tocar a política. Não resta dúvida de qual política e quais interesses estarão no centro das preocupações.

9 – Por outro lado, um novo ciclo de lutas dos movimentos sociais e da esquerda foi inaugurado em Junho de 2013. A revolta popular foi canalizada, dentro das possibilidades e do tamanho da oposição de esquerda aos governos lulistas, para pautas radicalmente avançadas que já se apresentavam por novíssimos movimentos sociais do atual milênio, como o MPL e o MTST, e pelo renascimento das lutas e greves sindicais desde o início desta década. Estudantes, mulheres, trabalhadores, sem-teto, moradores de rua, apesar do lulismo e do conservadorismo, colocaram seus blocos na rua, defendendo a mobilidade urbana, o direito à moradia e à cidade, combatendo o desemprego e o subemprego, o patriarcalismo, a violência policial e o encarceramento da juventude negra e pobre promovidos por todos os governos burgueses, do PT ao PSDB.

10 – Por tudo isso, faz-se necessário um PSOL de lutas, classista, militante e democrático. Capaz de se diferenciar e denunciar as políticas de colaboração de classe do lulismo, que reprimiram a insatisfação popular desde o início desta década e que empoderaram seus aliados conservadores sob os governos Lula, Dilma e Haddad. Caso o PT volte aos governos, certamente estará novamente de braços dados com tais setores, como é da natureza político-social de qualquer hegemonia neodesenvolvimentista ou social-liberal. Defendemos a mais ampla unidade com todos os que querem lutar contra os retrocessos e na defesa dos direitos. Entretanto, cabe ao PSOL e uma Frente de Esquerda Socialista ser protagonista do combate ao avanço da nova direita conservadora que se alavancou politicamente com a derrocada do lulismo. Apenas políticas governamentais são incapazes de deter a reação conservadora na disputa por valores culturais e pela supressão de direitos sociais. Até porque não está no horizonte político de curto prazo a volta do PT aos governos paulista e paulistano, num Estado e numa Capital hegemonizados e sucateados em suas políticas sociais pela direita tradicional, nas últimas décadas.

11 – Tão somente um PSOL inserido nos movimentos sindicais e sociais em geral, que não priorize as lutas e espaços institucionais e não fique a reboque do lulismo e da Frente Brasil Popular, como é característico da atual direção majoritária do partido, pode mudar a favor de explorados e oprimidos à desfavorável correlação de forças que hoje enfrentamos.

O AJUSTE FISCAL DO GOVERNO ALCKMIN E O DESMONTE DO SETOR PÚBLICO PAULISTA

12 – No Estado de São Paulo se expressam as consequências da aplicação da política neoliberal e de austeridade mais recente. Há seis mandatos (completará 24 anos em 2018) à frente do governo do Estado, o PSDB tem usado a crise econômica e a alegada necessidade de “ajuste fiscal” para realizar duros ataques às políticas sociais e aos serviços públicos. Trata-se de um aprofundamento da estratégia já aplicada anteriormente de secar as fontes de financiamento dos serviços públicos, sucateá-los e depois privatizá-los.

13 – O estado de São Paulo está em recessão econômica desde o último trimestre de 2014. Dos 14 trimestres passados desde então, apenas dois apresentaram resultado positivo: o último trimestre de 2014 e o segundo semestre de 2016.

14 – A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo saltou de 10,8% da PEA para 16,8%. Ao analisarmos esses dados de forma mais aprofundada, é possível notar que o aumento do desemprego afetou mais diretamente os jovens de 16 a 24 anos, que em 2014 a taxa de desemprego nesse segmento era de 22,9% e em 2016 chegou a 35,1%; as mulheres, em que a taxa de desemprego passou de 12,2% em 2014 para 18,3% em 2016; negros e negras, que em 2014 a taxa de desemprego desse segmento era de 12% e em 2016 atingiu 19,4%.

15 – Combinada à estratégia econômica recessiva e ao sucateamento, a administração tucana tem intensificado a repressão policial como instrumento de exclusão social e política. Isso tem sido evidente nas recorrentes ações da polícia militar na região da “cracolândia” e nas ações contra as ocupações.

16 – Aos poucos, toma forma uma política de exclusão social e destruição de políticas sociais e de criminalização desses mesmos setores afetados mais diretamente pelas políticas tucanas. Em janeiro de 2016, a população carcerária no estado de São Paulo era de 226.320 pessoas, 91,6 mil a mais do que a capacidade das unidades prisionais. Dessa forma, a “paz” da burguesia paulista se faz crescentemente às custas de um encarceramento em massa e extermínio da população pobre, principalmente negra.

17 – No caso da saúde, as Organizações Sociais dirigem mais de 40 hospitais há 19 anos. Ou seja, hospitais construídos com dinheiro público e entregue à iniciativa privada, para organizar o atendimento dentro da lógica empresarial de otimização dos custos e garantia de lucros. O resultado tem sido a precarização do trabalho na saúde e péssimo atendimento público desses hospitais.

18 – No transporte, seguindo à risca a cartilha da privatização, Alckmin levou ao Metrô e a CPTM a ausência de investimentos, o sucateamento da estrutura, o aumento da tarifa e terceirização dos serviços. A política é de expansão através de concessões à iniciativa privada (desde a construção até a operação), mas de privatização de linhas que hoje são operadas pelo Estado, como poderá ser o caso da linha 2 verde, na capital. Alckmin pretende expandir a privatização, atualmente só na Linha 4-Amarela, e marcou para setembro a venda da Linha 5-Lilás, , e a Linha 17-Ouro, do monotrilho. O PSOL deve ser parte desta luta e aliado dos trabalhadores metroviários denunciando esta política para à população.

19 – No caso da educação, o governo Alckmin tentou implantar uma segunda reorganização das escolas em 2015 (a primeira ocorreu em 1995 no início do governo Covas), fechando 94 escolas pelo estado todo e transferindo milhares de estudantes, professores/as e funcionários/as, para aprofundar a privatização do ensino. Muitos dos prédios escolares que seriam fechados, seriam cedidos a outros órgãos, mas muitos seriam entregues à iniciativa privada, pois estão localizados em áreas de valorização imobiliária.

20 – O movimento estudantil, que desde 2013 havia se “levantado”, sobretudo a partir da pauta do passe livre, ocupou quase 200 escolas em todo o estado, obrigando o governo a recuar na proposta. Mais uma prova inequívoca que a luta direta pode sim fazer frente às políticas neoliberais que a burguesia brasileira e mundial, através de seus governos, buscam impor aos trabalhadores/as e à juventude.

21 – Mas os ataques continuam e, através das matrículas on line, o governo tem conseguido fechar muitas salas de aula, alegando falta de demanda. A reforma do ensino médio ressurge numa perspectiva muito forte de privatização desse nível de ensino, sua implementação faz parte do plano do PSDB de desmonte da educação pública em São Paulo.

22 – Além do claro desmonte do setor público no estado, o governador tucano tem defendido abertamente, desde que tomou posse, medidas de austeridade, como muitas das que foram apresentadas pelos ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, durante o governo Dilma, e aprofundadas pela gestão de Henrique Meirelles no governo Temer, a nível nacional.

23 – Valendo-se do falso discurso de redução de despesas, equilíbrio fiscal e dinamismo econômico, Alckmin tem promovido sistemáticos cortes em investimentos e empenhado cada vez mais políticas privatistas, além da extinção de inúmeros órgãos públicos, para além dos já mencionados, como a Fundap, Cepam, Sutaco, Cpetur e Ceret.

24 – Destes, o caso mais emblemático é o da extinção do Cepam, instituição que teve papel fundamental na implementação de políticas públicas como o Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Resíduos Sólidos nas cidades do interior. A forma como a Fundação foi extinta também é símbolo da maneira tucana de fazer política: antes mesmo da aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa do Estado, o governador e seus aliados - como o deputado Fernando Capez, um dos líderes da bancada da bala em São Paulo - já demitiam em massa servidores, desocupavam o prédio-sede do órgão e ainda manobravam para esvaziar qualquer tentativa de debate acerca do desmonte, como marcando audiências públicas às vésperas de sua ocorrência.

DESMONTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

25 – A educação pública e gratuita no Brasil está sob ataque em todos os níveis, desde as creches até o ensino superior. No Estado de São Paulo, os ataques promovidos pelo governo Alckmin contra as universidades estaduais reafirmam a política do PSDB que privilegia a financeirização da educação e, portanto, promove seu sucateamento e desmonte sistemático, em que a lógica privatista vem disfarçada de modernização.

26 – Apresentam um diagnóstico falso de que há crise de gestão financeira nas universidades e que tal crise se deve a excesso de “gasto” com pessoal. A sua solução é congelamento de salários e da carreira, criminalização dos movimentos, contingenciamento e corte de verbas, planos de incentivo à demissão voluntária, militarização dos campi e transferência da responsabilidade de negociação salarial do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - CRUESP - para os conselhos universitários.

27 – Os conselhos universitários, que deveriam realizar a gestão acadêmica colegiada das universidades, sofrem hoje por estarem em grande parte ocupados por um número alto de professores comprometidos com a privatização por suas relações com fundações e outros modelos de parcerias público privadas. Esse movimento de transferência de responsabilidades é mais uma ferramenta para o mascaramento do problema real das universidades: a falta de repasse dos recursos necessários por parte do governo do Estado.

28 – No entanto, os movimentos docentes, de técnicos-administrativos e estudantil, fazem a denúncia desses processos e travam lutas que constituem um foco de resistência fundamental. Avanços importantes como a histórica conquista das cotas na USP e na Unicamp, em 2017, e os movimentos de ocupação nas universidades em 2016, a greve estudantil da Unicamp e ocupações dos técnicos administrativos na USP, para falar apenas de algumas questões recentes. Esses esforços coletivos evidenciam a disposição de luta em defesa da universidade e apontam tarefas para a militância do PSOL.

29 – Na defesa das universidades públicas o PSOL precisa incentivar a criação de núcleos de base nas universidades estaduais e garantir a organicidade dos núcleos existentes. Na sua atuação junto aos movimentos estudantis, de técnicos-administrativos e de docentes buscar a composição de fóruns de articulação dos três segmentos contra o desmonte e a privatização. Defender a necessidade de criação de uma Frente Nacional das Universidades Estaduais em todos os espaços de militância.

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

30 - Na educação básica paulistana não seria diferente. O primeiro desmonte ocorreu no governo Mário Covas, em 1995, com a chamada reestruturação da rede de ensino, que trouxe como consequência a precarização das condições de trabalho. Além disso, as intervenções pedagógicas e as políticas meritocráticas, em 2015, agora no governo Alckmin, o desmonte vem na tentativa de uma nova "reorganização", cujo principal objetivo consiste no fechamento de escolas para reduzir gastos e introduzir a esdrúxula Reforma do Ensino Médio. Os professores da rede pública estadual estão entre os mais desvalorizados e desrespeitados do País que possuem um plano de carreira anacrônico, contratos precários, salas superlotadas e há três anos esses profissionais vivem sem nenhum reajuste salarial.

HIGIENIZAÇÃO X POLÍTICA PÚBLICA

31 – O PSDB tem promovido uma política de higienização na cidade de São Paulo, sob o mote de “Cidade linda”, que já passou pelo apagamento dos grafites e, no último período, com o argumento de combate às drogas. A situação é tão absurda que até instituições, como o Ministério Público, tem tentado impugnar tais ações.

32 – Na capital, há mais de 20 mil pessoas em situação de rua, dessas, mais da metade não possui abrigo. Uma situação de alta vulnerabilidade na qual indivíduos ou famílias inteiras vivem nesta precária condição, seja por conta da dependência química ou da necessidade de morar nas ruas, passando por situações humilhantes, como tendo seus pertences queimados, suas casas demolidas, sua liberdade de ir e vir cerceadas, seus corpos marcados por cassetetes e bombas de toda sorte (quando não perdem as suas vidas, fruto de “bala perdida”).

33 – No período de inverno, a situação de barbárie ficou evidente: notícias de pessoas em situação de rua que foram a óbito e outras que foram acordadas com jatos de água fria, enquanto havia superlotação de abrigos.

34 – Lá estão os desalojados, aqueles que o capitalismo não mais necessita, pois não são donos dos meios de produção e não tem mais condições de vender a sua força de trabalho ao capital. Os moradores da chamada Cracolândia, estão “em lugar nenhum” e precisam ser exterminados: o PSDB cumpre o papel de “exterminador do presente”!

35 – Eles dividem os mesmos espaços dos donos do capital, pois são a sua contra face sistêmica. Aliás, devem servi-los em suas festas regadas à toda sorte de química ilícita, renegadas publicamente pelos donos do capital, mas consumidas regularmente por estes.

36 – Após quase 400 anos de escravidão, é preciso resistir contra com a venda de corpos e com o assassinato de vidas não necessárias à reprodução do capital. A capacidade de nos indignar é que nos permite apresentar políticas. Por isto, defendemos promoção de saúde da população de rua, com ampla contratação de profissionais, por meio de concurso público; ampliação de políticas de assistência, construção de abrigos, distribuição de cobertores e roupas de frio, restaurantes públicos comunitários; garantia de inclusão e ressocialização com políticas de geração de empregos, matrículas em escolas.

DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA

37 - No Estado há o desmantelamento do SUS antes mesmo da vigência do novo regime de repasse de recursos, sem verba especificada por área e com congelamento de gastos por 20 anos. O desmonte dos Programas Municipais de DST-Aids no interior do Estado é nítida, com o emblemático fechamento do Programa Municipal de DST-Aids de Sorocaba e o racionamento de medicamentos para HIV (que é nacional) é um exemplo.

38 - Precisamos barrar o possível fechamento de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) na capital, numa “reestruturação” proposta e que ainda está nos planos de Dória, assim como contestar as privatizações e lutar por um SUS exclusivamente público e sem desmonte de áreas essenciais.

A LUTA COMO RESPOSTA AO DESMONTE

39 – O desmonte e ataque do Governo Alckmin, somado a conjuntura nacional fez com que em São Paulo as mobilizações tomassem um caráter nacional e, desde Junho de 2013, os trabalhadores voltaram a ocupar com mais centralidade o itinerário das lutas e têm enfrentado duros ataques dos governos tucanos no estado. Em 2014, às vésperas da Copa da Fifa, os metroviários fizeram greve e a política de Alckmin foi de repressão brutal às manifestações e demissão de 42 metroviários, muitos deles do próprio Sindicato. Dezenas de ocupações de terra e a luta por moradia feitas pelo MTST expuseram a lógica de exclusão e da crise urbana nas periferias do estado mais rico do país.

40 – A política de ajuste fiscal, iniciada pelo governo Dilma e acirrada por Temer, não foi diferente em São Paulo, em nome da manutenção dos lucros dos grandes empresários. Mas os ataques do ajuste não foram imunes de resistência dos trabalhadores: operários da GM, Ford, Volks e diversas outras montadoras, no ABC e no Vale do Paraíba, enfrentaram as políticas de demissões em massa e sua resposta foi greve, sob o mote “Demitiu, parou!”, no ano de 2015. No caso da GM, em São José dos Campos, a greve combinada com piquetes, atos e ocupação da fábrica reverteu as demissões e contou com ampla rede de solidariedade.

41 – Em meio à grave crise de abastecimento de água da história de São Paulo, a demissão de mais de 700 trabalhadores da Sabesp mostrou-se como uma das marcas mais nefastas da política de Alckmin e da direção da Sabesp.

42 – Professores da rede estadual fizeram greve de 92 dias e não tiveram sua pauta atendida, que ocorreu tanto pela truculência de Alckmin, quanto do isolamento feito pela direção da Apeoesp de não buscar solidariedade ativa da CNTE e entidades de professores, pois naquele mesmo momento, em 2015, professores de mais 10 estados também estavam em greve. Esta derrota fez com que o governo Alckmin tirasse a conclusão equivocada de que era possível impor o seu projeto de ajuste fiscal para a educação através da reorganização do ensino. Entretanto, o que governo estadual não esperava era a reação explosiva dos estudantes contra este ataque. Secundaristas fizeram diversos atos, ocupações de mais de 200 escolas e travamento de rodovias, o que obrigou o governo Alckmin a recuar de forma temporária da reorganização do ensino. A vitória dos estudantes mostrou que é possível lutar e obter conquistas.

43 – Essa importante luta combinou-se com a Primavera Feminista pelo #ForaCunha, contra o ataque reacionário promovido pelo PL 5069/2013. Em São Paulo, dezenas de milhares nas ruas pautavam a luta histórica pela legalização do aborto e contra a cultura do estupro, grande parte eram as jovens que haviam ocupado escolas. Desde então, há forte mobilização e reorganização do feminismo pela Frente Feminista de Esquerda e em torno da Caminhada pela Visibilidade Lésbica e Bissexual, que reúne centenas de mulheres e bissexuais nas manifestações.

44 – A greve geral dos servidores de Santos denunciou a política de 0% de reajuste, uma clara expressão das prefeituras de direita, vitoriosas nas últimas eleições municipais. Na capital, com João Dória, há o maior modelo de implementação de política neoliberal, com a entrega da gestão de parques para iniciativa privada, intensos cortes na cultura, educação, saúde. E, recentemente, a luta contra a redução do passe livre estudantil em São Paulo, conquista de Junho de 2013, tem levado centenas de estudantes às ruas.

45 – A mobilização histórica de negros e negras levou à importante conquista das cotas raciais e sociais na USP e Unicamp, umas das últimas universidades que ainda não haviam implementado o ingresso por cotas.

46 – São Paulo foi o principal palco das manifestações contra o impeachment denunciando que se tratava uma de uma saída pela direita. E houve intensa jornada de lutas pelo Fora Temer e Diretas Já, reunindo 100 mil pessoas nas ruas.

POR UM PSOL VIVO E MILITANTE!

47 – O PSOL que reivindicamos é um partido vivo, democrático, militante e que ocupa as ruas. Um partido com núcleos de base e setoriais ativos, com democracia interna e diálogo com os movimentos sociais.

48 – O Partido que temos em São Paulo está muito longe de expressar a política que reivindicamos. Dirigido pela Unidade Socialista, não constrói sua política pelas bases, não privilegia seus núcleos e setoriais, não se coloca nas manifestações e nas diversas lutas dos trabalhadores enquanto Partido.

49 – Desde o último Congresso Estadual do PSOL-SP, diversas dessas lutas poderiam ter contado com o apoio, participação ativa e preparação do PSOL, já que São Paulo hoje é um dos principais campos das lutas no país. No entanto, vemos ampla mobilização da direção majoritária, no período de eleições, quase que restritamente para as campanhas dos seus candidatos. Não houve iniciativas de plenárias abertas ou materiais públicos durante as lutas de secundaristas, da Primavera Feminista, Parada do Orgulho LGBT, Marcha da Maconha, nas duas greves gerais em 2017 ou chamado à mobilização contra a violência policial e higienismo com a população de rua.

50 – Contribuir para organizar os diferentes processos de luta é o que vai credenciar para que o PSOL em São Paulo imponha um fim aos mais de 20 anos do PSDB no governo do estado. Exemplo disso é a ampla unidade de ação promovida por diversos movimentos na campanha “São Paulo é nossa”, na qual o PSOL deve se inserir ativamente. A juventude, as mulheres, LGBTs, negras e negros e todo o povo pobre e trabalhador só vão construir confiança se o PSOL for o partido que é a cara das mobilizações contra o desmonte dos serviços públicos e se apresentar afinado com as ruas como uma alternativa socialista contra o lulismo e a direita.

51 – Sob o ataque da reforma política e da cláusula de barreira, a resposta da direção majoritária do partido tem sido a pior possível. Desde o final de 2016, ela passou a apostar num processo de “reorganização da esquerda” que prioriza a interlocução com determinados setores críticos do PT e da antiga base governista, em detrimento da unidade dos socialistas em torno da construção de um terceiro campo político (que seja com independência de classe) no país. Pensa muito mais numa ampliação nos marcos institucionais e despreza a necessidade do enraizamento do partido nas lutas sociais e sua ampliação pela base, junto aos trabalhadores, à juventude e ao povo oprimido. Consideramos importante a tarefa de disputar a militância que ainda tem referência no petismo e devemos estar abertos a recebê-la em nossas fileiras; entretanto, é um equívoco apostar que a melhor forma de fazer isso é pela integração de figuras públicas, parlamentares e dirigentes que permanecem no PT até hoje sem nenhum tipo de perspectiva crítica real do que foi a trajetória do PT no governo. É um grande equívoco atrelar a discussão sobre a importância de incorporar setores mais amplos que ainda têm referência no petismo ao PSOL às integrações de parlamentares petistas que poderiam ajudar na ultrapassagem da cláusula de barreira, mas que muito provavelmente fortaleceriam no PSOL uma perspectiva cada vez mais institucionalista e distante da ideia de uma transformação revolucionária no país.

52 – Embora haja desacordos profundos entre os socialistas na visão da conjuntura e dos rumos da política brasileira, devemos buscar uma unidade estratégica com partidos de esquerda como PCB e PSTU, e sua ampliação para movimentos combativos, como o MTST, e para coletivos e organizações sociais e políticas não registradas no TSE que são nossos aliados cotidianos numa Frente de Esquerda Socialista no Brasil. Nosso partido precisa colocar-se como alternativa política no país em todos os sentidos, seja apontado para uma ruptura com o capitalismo, tanto quanto seu modelo de política e representação. Um partido que visa a revolução socialista precisa ser um instrumento para que os/as explorados/as e oprimidos/as sejam protagonistas da mudança radical de nossa sociedade.

54 – O PSOL só será parte importante do processo de construção dessa frente se superar as práticas antidemocráticas e burocratizantes que vêm sendo reproduzidas pela direção majoritária do partido nos últimos anos. Preservar o PSOL como um instrumento capaz de intervir na conjuntura passa por não coadunar com essas práticas, por lutar cotidianamente pela ampliação da democracia interna do partido. Por outro lado, é importante que o conjunto das forças políticas que compõem o Bloco de Esquerda do PSOL faça uma avaliação crítica da condução do partido nos lugares em que são maioria, pois há situações em que se reproduzem práticas análogas às do setor majoritário. Método é política: não seremos capazes de superar o capitalismo se formos coniventes ou reproduzirmos, no interior do nosso partido, práticas que condenamos fora dele. É nossa tarefa urgente garantir que o PSOL seja um instrumento partidário dinâmico, plural, democrático e com cada vez maior capacidade de incidir na realidade apontando para a atualidade da revolução socialista.

55 – Paralelo às lutas sociais, e como parte da resistência, temos que iniciar o debate programático com o conjunto da esquerda socialista, que conclua numa Frente de Esquerda Socialista como uma alternativa também eleitoral ao PT, que significa um retrocesso ao passado e repetir a tragédia da conciliação de classes. Por uma candidatura da Frente de Esquerda Socialista no Brasil, na qual o PSOL coloque seus quadros à disposição para a cabeça de chapa.

**Assinam esta tese:**

**Avaré**

1. Anita Marson

**Araraquara**

2. Jacob Teubl

**Barra Bonita**

3. Fábio de Souza Leandrin

4. Luiz Antonio Martins Cambuhy Júnior (Jaú)

5. Matheus Stangherlin

**Casa Branca**

6. Fátima Brambila, professora

7. Gustavo Malafatti, técnico agrícola

**Campinas**

8. Antônio Carlos da Cruz - Psol- Campinas metalúrgico

9. Antonio Celso Cavalieri Lins Souza

10. Ariadny Picolo da Rocha

11. Ataíde Santiago da Cruz - Psol Campinas- Associação de moradores

12. Bryan Felix da Silva de Moraes

13. Carlos Eduardo Cedran de Paiva

14. Cesar Augusto Rodrigues

15. Danilo Negretti

16. Elderson Nogueira Ferreiro - Psol Campinas-Estudante

17. Felipe Dos Santos Amaral

18. Flávia de Mendonça Ribeiro

19. Gilberto Alves - Psol Campinas- metalúrgico

20. Henrique Okajima Nakamoto

21. Jaime Oliveira Santos - Psol Campinas - Servidores públicos de Campinas

22. Jean Zeferino - Psol-Campinas IFES-Campos do Jordão

23. Jorge Fernando de Almeida Ramos

24. José Henrique Faria

25. Larissa Soares Baima

26. Luis Fabiano Silva

27. Luiz Felipe Martins Carvalho, estudante

28. Maria Aparecida de Lima-Psol Campinas

29. Maria Edith de Almeida

30. Mateus Souza Lobo Guzzo

31. Mayco Roger de Oliveira

32. Michel Vinicius Cabral Pedroso

33. Nilzo Lacerda Sobrinho (Nico Lacerda)

34. Rafael Estevão de Souza Batista, professor

35. Raquel Souza Lobo Guzzo

36. Reni Martins - Psol Campinas-metalurgico

37. Rodrigo da Silva Benevides

38. Rosana Aranha Dutra Rosa

39. Taisy Cristina de Oliveira

40. Tatiana Silverio Kapor

41. Tiago Pereira Silva - Psol Campinas - Movimento estudantil

42. Vanessa Canale

43. Vanessa Eda Paz Leite

**Fartura**

44. Lucas de Oliveira Moreira

**Franca**

45. Daniela Bessoni

46. Guilherme Cortez

47. Leonardo Souza Alves

48. Marília Angélica Martins

49. Matheus Hakime Dutra

50. Rafael Murari Oliveira

51. Saymon de Oliveira Justo

**Guarulhos**

52. Allanny Thaize Ferreira Santos

53. Anderson Nogueiras Alves

54. Danilo Laurito

55. Mariana Stefanny Moises Duzzi

**Hortolândia**

56. Acacio Santos de Araújo

57. Caio Henrique de Oliveira Firmino

58. Cleide Bezerra Hoffmann

59. Costabile Paes Landim

60. Daniela Carla da Silva Benhossi

61. David Rodrigues Menezes

62. David Silva Muniz

63. Fabio Luiz de Souza Nascimento

64. Genival Vaz de Góis

65. João Luis Alcantara Martins

66. Juliana Queiroz da Silva

67. Leonardo Henrique Biasoti

68. Luis Eduardo de Sousa Reis

69. Robert Victor da Silva Sales

70. Rogger Milton Barbosa

71. Ronaldo da Cruz Bragança

72. Sebastião Donizetie Moreira

**Itaquaquecetuba**

73. Douglas Rodrigues Barros

**Jacareí**

74. Aguinaldo Rodrigues da Silva

75. Edson Tadeu Araújo

76. Elizabeth Lahos e Silva

77. Joaquim Aristeu Benedito da Silva

78. Valdemar Antonio Valentim

**Jundiaí**

79. Priscila Rosseto Costa

**Mogi das Cruzes**

80. Heder Claudio

**Osasco**

81. Carla Queiroz

**Paulínia**

82. Richard de Oliveira

83. Roseli de Godoy Abreu

**Pedreira**

84. Antonio Alves Neto (Toninho FASUBRA)

**Piracicaba**

85. Allan da Silva Coelho, professor

86. Fernanda Malafatti Silva Coelho, advogada e estudante

**Poa**

87. Tomaz Amorim Fernandes Izabel

**Ribeirão Preto**

88. Blaut Ulian Júnior

89. Caio Cristiano de Oliveira Cunha

90. Tatyana Maestri Rodrigues

**Santos**

91. Aline Correia Martins Pereira

92. Anderson Pereira Mancuso, engenheiro e professor

93. Cristiano Aparecido de Souza

94. Guilherme Jhuann da Silva Franca

95. Jonas Alves Bueno

96. José Elson da Silva

97. Marilyn Satiko Konishi

98. Matheus Lidiberde Machado Pereira

99. Mauricio de Oliveira Filho

100. Patricia Machado Pereira

101. Taina Moreira Gatti

**São Caetano**

102. Daniel Monteiro Lima

**São Paulo**

103. Abdon da Costa Souza

104. Adalberto Oliveira da Silva, economista

105. Adriana Silva Oliveira

​106. Adriano da Silva - Psol São Paulo

107. Afonso Mancuso de Mesquita

108. Ajurimar Matos - Psol capital- gerente escolar

109. Alessandra Lacerda

110. Alexandre Pinheiro Costa - Psol capital-Sinpeem

111. Alexandre Nogueira Martins

112. Ana Carolina Andrade Santos

113. Ana Carolina Porfirio de Lima Silva

114. Ana Christina Dantas Araújo

115. Ana Luiza Gomes da Silva Gallo

116. Ana Maria Ramos Estevão

117. Anderson da Conceição

118. Anderson Duarte

119. André Coggiola

120. André Luiz Ferrari

121. André Lopes Loula - Psol São Paulo - Apeoesp

122. André Mesquita Pluskat

123. Angélica Fontalva da Silva

124. Antônia Almeida Barros

125. Antônio Bonfim Moreira - Psol Capital - Sinpeem

126. Antonio Euzébios Filho

127. Antônio de Pádua Bartira

128. Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho, economista e professor

129. Baltazar Astoni Sena

130. Bruno Carvalho de Oliveira - Psol capital- escola da família

131. Bruno Rocha

132. Camila Kimie Ugino, economista e professora (PUCSP)

133. Carlos Henrique de Oliveira

134. Carlos Augusto de Melo Almeida Cunha

135. Cauê de Barros Pudles

136. Cícero Ferreira Filho

137. Claudia Mendes da Silva Ruescas

138. Cleonice Angelini- Psol São João da Boa Vista- Apeoesp

139. Clovis dos Santos Junior - Psol Capital- Sinpeem

140. Cristina Naiara Fernandes

141. Daniel Luca dassan da Silva

142. Danilo Fuchs Laurito

143. Demerson Dias

144. Demetrius Pereira de Siqueira

145. Diego Pereira de Siqueira

146. Dimitri Aurelio da Silveira

147. Diogo Portugal Pudles

148. Dionizio Cosme Neto

149. Douglas Godinho

150. Eduardo de Oliveira Padoan

151. Elaine Cristina da Silva

152. Elza Reis Maia

153. Erivaldo Martins

154. Fabio Antonio Arruda

155. Felipe Zitt Vicente - Psol capital- Assistente Social

156. Felipe Willian Ferreira de Alencar

157. Fernanda Caroline Ferreira Alencar

158. Flavia de Oliveira Damasceno

159. Francisco Wellington F. Silva

160. Giulia Soares de Amorim

161. Guilherme Leite Silva Diniz

162. Gustavo Cofan

163. Hasan Abdul Hamid Zarif Hasan

164. Henrique Araujo Aragusuku, psicólogo e estudante

165. Igor Lodi Marchetti

166. Ingrid Lopes Carvalho

167. Iuri Ribeiro Novais Dos Reis

168. Jacqueline Zugaiar

169. Jane Barros Almeida

170. Jeruza Souza

171. João Pedro Barbosa F. Militão

172. João Pedro Bueno

173. João Pedro Munhoz

174. João Machado Borges Neto, professor (PUCSP)

175. João Maia

176. Jo Camilo de Fernandes

177. Joeferson Faccin José de Almeida

178. José Roberto Marques - Psol capital-Sinpeem

179. Juliane Fernanda da Silva - Psol capital

180. Júlio César de Oliveira Costa

181. Kayque Ferraz Costa - Psol SP Movimento estudantil

182. Keila Fabiana Duarte

183. Kleber Roberto Ribeiro

184. Lany Kei Onishi

185. Lee Flores

186. Leticia Araujo Sanson

187. Lucas Bataglini - Psol São Paulo - Apeoesp

188. Luciana Aparecida da Silva - Psol capital- Apeoesp

189. Luita Helena Lima de Castro

190. Luiz Gonzaga de Souza Junior

191. Maciel de Barros Pudles

192. Manuel Amaral da Silva

193. Marcelo Álvares de Lima Depieri, economista

194. Márcio Fernando Aranha - Psol capital-Sinpeem

195. Márcio Rodrigo Reina

196. Marco Antonio “Trog” Perurso

197. Marcos Muller - Psol capital

198. Marcos Paulo Araujo Dos Santos

199. Marcus William Ronny Kollbrunner

200. Maria Alice de Paula Santos, professora

201. Maria Angelita da Silva

202. Maria Clara Ferreira da Silva

203. Maria de Fátima da Silva

204. Maria Zélia Souza Andrade

205. Mariana Luppi

206. Mariana Oliveira de Campos

207. Mariana Stefanny Moises Duzzi

208. Maria Margarete de Oliveira

209. Marzeni Pereira da Silva

210. Maximiana Almeida de Sousa

211. Michel Cardoso Daud

212. Michel Souza - Psol Capital - Apeoesp

213. Nayara Goncalves del Santo

214. Nilson Ribeiro Do Nascimento

215. Natália Gonçalves Felissimo - Psol capital- Sinpeem

216. Nathalia Soares Assis da Silva

217. Patricia Andreia Carreteiro - Psol São Paulo

218. Patrick Rodrigues Andrade, economista e professor (PUCSP)

219. Patrick Santana de Souza -Psol capital- Estudante

220. Paulo Bonfim - Psol capital- IFES-Sao Paulo

221. Paulo Cesar Grilo

222. Paulo Marcelo Colares

223. Paulo Pasin

224. Pedro Alencar Meade

225. Pedro Gava

226. Pedro Paulo Vieira - Diretório Estadual - Apeoesp

227. Priscila D'almeida Manfrinati

228. Rafaela Bardini de Oliveira

229. Raquel Vasconcelos

230. Regina Silva

231. Renato Barros Almeida

232. Roberto Batista de Souza

233. Rodnei Pereira

234. Rodrigo Toledo

235. Rosa Maria Marques, economista e professora (PUCSP)

236. Sandra Aparecida Gonçalves - Psol São Paulo- Apeoesp

237. Sandra Renata Nery

238. Sean Purdy

239. Severino Honorato da Silva

240. Silvana Soares de Assis

241. Silva Maria - Psol capital-Sinpeem

242. Solange Andreoletti - Psol capital-Apeoesp

243. Solange Aparecida Cabrito de Amorim

244. Sonia Maria Mesquita - Psol capital- promotora de vendas

245. Sonia Regina Cordeiro-Psol São João da Boa Vista- Apeoesp

246. Stefani Mesquita da Silva - Psol capital- Estudante

247. Tales Ferreira Amaro

248. Tatiana Minchoni

249. Thaisa Teixeira de Souza

250. Vânia Maria de Oliveira - Psol São Paulo - Cabeleireira

251. Verônica Maria da Silva

252. Victor Cesar de Carvalho

253. Vinicius de Vincenzo Aguiar

254. Vinicius Fernandes da Silva, Gestor de Políticas Públicas

255. Vinícius Vasconcelos

256. Vinícius Vicente Nogueira Dos Santos

257. Vitor Xavier Neto

258. Viviane Becker Narvaes

259. William Gonçalves de Siqueira

260. Wilson Hilario Borges Filho

261. Yuri Ribeiro Dos Santos

**Sorocaba**

262. Camila Mantovani Dias

263. Fernando Freitas de Almeida (Jandira)

264. Lucia Maria Salgado dos Santos Lombardi- Sorocaba

265. Marcos de Oliveira Soares- Sorocaba

266. Thiago Hideo Tonolo

277. Tiago de Oliveira

**Sumaré**

278. Alex Aparecido Alves da Costa

279. Danieli de Sousa

280. Elias de Sousa

281. Fabiano Villas Boas de Moura

282. Irauto Valdemiro dos Reis

283. Josemil Alves da Silva

284. Robson Luis de Sousa

285. Sidney Alex da Silva

286. Thiago Daniel de Castro

**Taboão da Serra**

287. Abner Joseph Do Carmo

288. Alziza Martins Joseph

289. Amanda Carolina Joseph Dos Santos

290. Edemilson Antonio Perez Clementino

291. Jair Brás da Silva

292. Jessica Silva Clementino

293. José Afonso da Silva

294. Maria Helena Rocha

295. Miguel Leme Ferreira

**Vargem Grande Paulista**

296. Paulo Roberto Cavalcante Junior

297. Flávia Ginzel, Sorocaba

298. Fernando Freitas de Almeida, Jandira

299. Rafael Murari Oliveira, Franca